

## Esticar a corda



**Domingues de Azevedo**

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

1. Praticamente um ano depois da crise que eclodiu na coligação, que quase derrubou o governo, este verão promete ser o do braço de ferro entre o Executivo e o Tribunal Constitucional. Uma vez mais os juízes do Palácio Rattón voltaram a acender a luz vermelha a três dos quatro artigos referentes ao OE 2014, dos quais foi solicitado a análise de constitucionalidade, a saber: os cortes salariais, a redução de pensões de sobrevivência e

os cortes nos subsídios de desemprego e doença.

Apesar de a decisão ter sido anunciada há mais de uma semana, o governo continua a insistir numa espécie de «tirar de esforço» do Tribunal Constitucional, elegendo-o como a “besta negra” da sua governação, o culpado de todos os males.

O governo não se conforma com mais esta decisão judicial, adversa para os seus interesses, e não se coíbe de saltar para a praça pública, enlameando a justiça com comentários que são um teste à tolerância dos magistrados do Tribunal Constitucional, esticando uma corda que ameaça partir para o seu lado.

Deixemo-nos de rodeios: as contas saíram furadas aos líderes dos partidos que suportam o governo. Quando tudo parecia correr bem, a saída da troika e até a derrota por escassa margem nas europeias, eis que surge um grande obstáculo por diante.

A dramatização política já se iniciou, mesmo antes da decisão do Tribunal, com notícias plantadas nos jornais que o IVA subirá de 23,25 por cento para 25 por

cento. Com que argumento se pode pensar assim? Explico: para além de existir uma folga financeira (dotação provisional) – verbas normalmente reservadas para colmatar a diminuição de um imposto ou para concluir uma obra emblemática em véspera de um ato eleitoral... – a reposição dos salários que os trabalhadores da função pública tinham em 2010 vai possibilitar que as pessoas recebam mais, mas também descontem mais para o IRS (reorganização de escalões representou um enorme aumento deste imposto) e para a Segurança Social. Agitar o cenário de uma subida de impostos é mais uma vez criar o pânico na população, já intoxicada com tamanha carga fiscal e obrigada a fazer permanentemente contas à vida.

Se existe uma dotação provisional de cerca de 900 milhões de euros, porque motivo o governo insiste em sobrecarregar ainda mais as pessoas e a economia? 2015 é ano de eleições legislativas... Será esse o motivo?

2. O problema recorrente da inoperacionalidade do Portal das Finanças tem prejudicado muito a vida dos Técnicos Oficiais de Contas.

Uma vez mais assistimos a bloqueios diários que impossibilitaram milhares de profissionais de efetuarem, a tempo e horas, a submissão das declarações fiscais. Apesar de todos os esforços que a Ordem fez (incluindo ações nos tribunais), a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, de uma forma incompreensível, ignorou a realidade e veiculou notícias que não correspondem à verdade.

Infelizmente há pessoas que assumem a responsabilidade pela gestão da causa pública sem reunirem as características de verdade, transparência e capacidade de diálogo na resolução dos problemas.

Não vamos deixar cair este assunto. Não permitiremos que tudo continue na mesma. ■